

Caro Leandro, segue perfil resumido do André Ceciliano e abaixo, em azul, as respostas às suas perguntas. Qualquer dúvida, ou esclarecimento, me avise?

André Ceciliano tem 49 anos, é casado e pai de dois filhos. Foi prefeito de Paracambi durante dois mandatos, entre 2001 e abril de 2008. Sua gestão foi responsável pela instalação da Fábrica do Conhecimento, um complexo educacional que abriga 11 cursos técnicos e de ensino superior e profissionalizante com mais de 10 mil alunos; pela construção de 12 estações de tratamento de esgoto, dando fim às valas negras no município; por investimentos na rede básica de saúde - mais do que dobrou o número de postos e reestruturou o Hospital de Lages, que antes funcionava somente como ambulatório; pela redução significativa nos índices de mortalidade materna - baixando de 38 por mil nascidos vivos para 7; e pela redução a zero nas estatísticas de violência na cidade com investimentos em educação, saúde e esporte nas comunidades.

Na Alerj, está em seu terceiro mandato, ocupa a Mesa Diretora como 2ª vice-presidente e coordena os trabalhos da Escola do Legislativo (Elerj). Tem 76 leis em vigor, entre elas, a que regula o mercado de compras online; a que obriga empresas a agendarem data e hora certa para produtos em casa em segunda tentativa; a que reforça a proibição da exigência do cheque caução nos hospitais; e a que proíbe bancos de debitarem consignados de servidores, entre muitas outras. Também tem cerca de 300 projetos em andamento na Casa.

RESPOSTAS

1) O deputado é investigado pelo MPF no esquema conhecido como 'Máfia dos Sanguessugas'. A ação apura sua participação em um suposto esquema de desvio de dinheiro público em licitações na área de saúde. O STJ negou seu pedido de trancamento da ação, em novembro do ano passado. E já recorreu ao STF. Eis os pontos citados pelo MPF

- (i) alteração do plano de trabalho sem autorização do órgão competente;
- (ii) a não guarda da documentação comprobatória das despesas realizadas; (iii) não execução dos trabalhos necessários à consecução do objeto do convênio; (iv) apresentação intempestiva e incompleta das prestações de contas, inclusive com não comprovação da aplicação dos recursos; (v) transferência de recursos para conta distinta da específica do convênio; (vi) pagamento de despesas em finalidade diversa da estabelecida no ajuste;
- (vi) fracionamento de despesas para burla das regras aplicáveis ao processo licitatório;
- (vii) não preservação do patrimônio público, acarretando a perda do investimento realizado com os recursos do convênio.

Como o deputado se posiciona diante do caso?

A investigação é em nível nacional. Todos os municípios do Brasil que tiveram contratos com as empresas investigadas na operação, ainda que sem participação direta no suposto esquema, tiveram suas prestações de contas reavaliadas pelo órgão concedente, o que não significa que as contratações tenham ferido os princípios norteadores da administração pública, ou que tenham causado dano ao erário. No caso de Paracambi, em virtude do lapso temporal transcorrido desde a aquisição das unidades móveis, houve uma disparidade entre os valores dos veículos a diesel e a gasolina cotados à época e os valores dos veículos cotados posteriormente não similares, acarretando, desta forma, na diferença de valores para a aquisição, não havendo qualquer irregularidade. Todos os esclarecimentos foram prestados pela minha defesa.

2) Em 2012, reportagens do jornal Extra apontaram para o suposto envolvimento do deputado com o sequestro de uma jovem, em Japeri. O deputado deu esclarecimento sobre o caso. O que aconteceu à época?

Cabe destacar sobre este caso que foi tudo esclarecido a época através de exame de DNA negativo e isenção de meu nome do caso ver reportagens da época

Tenho absoluta tranqüilidade em responder a essa questão porque fui vítima de um golpe aplicado por uma jovem e seu marido por motivações políticas. Na época eu disputava a Prefeitura de Japeri quando apareceu uma jovem dizendo que eu seria o pai de seu filho. A criança teria 3 anos, e estranhamente apareceu naquele momento. Na ocasião, fiz exame de DNA, deu negativo, e provei ter feito cirurgia de vasectomia um ano antes que ela afirmava ter engravidado. Não satisfeitos, ela e o companheiro vieram com essa falsa denúncia de seqüestro onde eu a teria pressionado a não revelar essa falsa paternidade. Foi um golpe para tentar desestabilizar a minha candidatura. Essa jovem trabalhava na prefeitura de Japeri à época, cujo prefeito estava na disputa pela reeleição. Fiz o exame no Carlos Éboli e faria quantas vezes fosse necessário.

Seguem links das matérias do Extra publicadas à época que falam sobre as investigações da polícia sobre motivação política.

<http://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-investiga-se-adversarios-politicos-de-deputado-tentaram-incrimina-lo-por-sequestro-4665190.html>

<http://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/mulher-que-diz-ter-filho-com-deputado-andre-ceciliano-vai-refazer-exame-que-deu-negativo-5738712.html>

3) O deputado também é investigado em uma outra ação - esta, tramitando no Supremo Tribunal Federal - sobre a época e que foi secretário do então prefeito de Nova Iguaçu Lindbergh Farias.

Fui secretário de Governo na gestão do prefeito Lindbergh Farias por cinco meses. Durante este período, não tive qualquer ligação com a referida licitação pois não era ordenador de despesas nem integrante da Comissão de Licitação. O objeto deste inquérito é de responsabilidade exclusiva de Prefeito.

4) Ele também é réu em uma ação movida pelo Ministério Público Estadual por falsificação de documento público, referente à tomadas de contas pelo Tribunal de Contas do Estado. Como ele se posiciona diante dessa investigação?

O processo é referente à prestação de contas de administração financeira do exercício de 2003, que foi devidamente aprovada, como todas as outras ao longo dos meus mandatos, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e pela Câmara de Vereadores. Neste processo - que tramitou na Corte de Contas em 2004 - consta uma ressalva sobre a verba de contingência, como determinação a ser atendida nos próximos exercícios, sem ensejar, essa ressalva, uma irregularidade. O presidente da Câmara de Vereadores de Paracambi à época – meu adversário político – foi quem fez denúncia originando esta ação que, repito, versa sobre a verba de contingência. Os esclarecimentos estão sendo feitos me juízo por minha defesa.

5) O Tribunal de Contas do Estado já questionou licitações feitas pelo deputado quando este era prefeito de Paracambi - em um dos casos, o conselheiro Aloysio Neves contrariou o parecer do MP Especial do TCE e o inocentou. Ele vê algum tipo de constrangimento nos julgamentos do TCE e no fato de a esposa de um dos conselheiros estar lotada em seu gabinete?

Cabe destacar que todas as minhas prestações de contas - tanto as da administração financeira do município de Paracambi quanto as de ordenador de despesas - foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). É comum haver discordância de pareceres dos conselheiros e do corpo instrutivo, isso acontece em diversos processos em análise no tribunal não somente em processos de minha responsabilidade.

Com relação a esposa de um dos conselheiros estar lotada em meu gabinete, não há qualquer irregularidade, considerando que a servidora entrou nos quadros da Assembleia Legislativa, através de concurso público, no ano de 1988, portanto há 28 anos, passou por diversos setores e gabinetes e trabalha em meu gabinete, desde janeiro de 2015, exercendo atribuições inerentes ao seu cargo.